

Avaliação em Contextos de eLearning

Tema 3

---

# Autoavaliação e autorregulação na era da inteligência artificial: desafios e possibilidades para a avaliação em eLearning no ensino superior

---



Raquel Santos



Aluna n.º 1902587



maio de 2026



UNIVERSIDADE  
**AbERTA**  
[www.uab.pt](http://www.uab.pt)



**mpel**  
mestrado em  
pedagogia do elearning

## Secção prévia: processo de coautoria com inteligência artificial

A elaboração deste trabalho integrou inteligência artificial generativa como apoio à pesquisa, à planificação, à revisão textual e à produção visual, sem delegar nos sistemas digitais a responsabilidade autoral, interpretativa ou avaliativa. Usei o Perplexity Pro Education, com o modelo Claude Sonnet 4.6, para apoiar a pesquisa assistida, a identificação de relações entre referências e a organização inicial dos argumentos. Usei ainda o ChatGPT 5.5 para rever formulações e controlar extensão. Para criar apoio visual, nomeadamente capa e infografias, tive o apoio do modelo GPT Image 2 a partir de instruções precisas sobre tema, identidade institucional, legibilidade e sobriedade académica. A seleção final das ideias, a validação das fontes, a estrutura do ensaio e as decisões de escrita permaneceram sob minha responsabilidade.

O processo foi organizado em quatro momentos. Num primeiro momento, recorri ao Perplexity para delimitar o foco do ensaio, partindo do tema proposto pela unidade curricular: a relação entre avaliação, eLearning, autoavaliação, autorregulação e inteligência artificial no ensino superior. O prompt inicial foi: «Sou estudante do mestrado em pedagogia do eLearning e tenho de escrever um ensaio crítico sobre os desafios que a inteligência artificial coloca à avaliação da aprendizagem no ensino superior, com foco na autoavaliação e na autorregulação em eLearning. A partir destas referências obrigatórias, sugere combinações possíveis de três ou quatro textos e justifica a pertinência de cada uma». A resposta serviu apenas como mapa exploratório. A escolha das referências e a exclusão de fontes menos adequadas resultaram de leitura e verificação próprias.

Num segundo momento, usei a IA para apoiar a planificação do texto, com o prompt: «Propõe uma estrutura para um ensaio de até 2000 palavras sobre a integração crítica da IA em práticas de autoavaliação e avaliação entre pares no ensino superior em eLearning, articulando avaliação sustentável, autorregulação e integridade académica». A estrutura sugerida foi útil como andaime, mas foi reorganizada para reforçar a progressão argumentativa: primeiro, a fundamentação sobre autoavaliação e avaliação entre pares; depois, os desafios introduzidos pela IA; por fim, princípios de integração pedagógica.

Num terceiro momento, redigi os parágrafos com base nas minhas notas de leitura e recorri à IA para aperfeiçoamento linguístico, usando instruções restritivas como: «Reformula este parágrafo sem alterar o conteúdo, mantendo o tom académico, as referências e o português de Portugal». Evitei pedidos genéricos que pudessem produzir texto autónomo ou acrescentar ideias não verificadas. Num quarto momento, usei os assistentes digitais para rever coerência, redundâncias, extensão e qualidade das transições, confrontando sempre as sugestões com as fontes originais.

A experiência revelou benefícios e riscos. Entre os benefícios, destaco a possibilidade de trabalhar iterativamente, testar formulações alternativas e tornar mais explícitas as ligações entre conceitos. Entre os riscos, identifiquei a plausibilidade enganadora de algumas respostas, a tendência para uma escrita excessivamente homogénea e a possibilidade de aceitar relações teóricas sem leitura crítica. Por isso, assumi a IA como instrumento de apoio à autorregulação: ajudou a planear, monitorizar e rever o trabalho, mas não substituiu a análise, o juízo académico nem a responsabilidade ética. Este uso procurou manter coerência com o Modelo Pedagógico

da Universidade Aberta, que valoriza a autonomia, a participação ativa, a avaliação como processo e a integração responsável da IA na aprendizagem.

## **Ensaio crítico em coautoria com Inteligência Artificial**

### **Resumo**

Este ensaio discute o lugar da inteligência artificial generativa na avaliação da aprendizagem em contextos de eLearning no ensino superior, com especial atenção à autoavaliação, à avaliação entre pares e à autorregulação. Parte-se da ideia de que a IA não cria, por si só, a crise da avaliação, mas torna mais visíveis fragilidades já conhecidas: tarefas centradas no produto final, fraca explicitação de critérios e pouca atenção ao processo de aprendizagem. Defende-se que a integração da IA deve deslocar a avaliação da deteção de autoria para a produção de evidências de aprendizagem. Para isso, propõem-se princípios como transparência no uso das ferramentas, centralidade dos critérios, articulação entre juízo humano e feedback automatizado e valorização da interação humana. A IA pode apoiar a aprendizagem, mas só tem valor educativo quando enquadrada por desenho pedagógico crítico e intencional.

### **Introdução**

A entrada da inteligência artificial generativa no ensino superior tornou instável uma parte significativa das práticas avaliativas tradicionais. Ferramentas capazes de redigir, resumir, traduzir, comparar fontes e produzir feedback passaram a fazer parte do quotidiano dos estudantes. Em tarefas escritas realizadas fora de supervisão direta, tornou-se mais difícil interpretar o produto entregue como prova suficiente de aprendizagem. Contudo, o problema não se reduz à integridade académica. A IA revelou fragilidades anteriores: avaliações demasiado centradas no resultado, tarefas pouco autênticas e reduzida atenção aos processos pelos quais o estudante planifica, monitoriza e revê o próprio trabalho.

Em contextos de eLearning, esta questão é particularmente relevante, porque a aprendizagem depende fortemente da autonomia, da gestão do tempo, da interação mediada por tecnologia e da capacidade de transformar feedback em melhoria. O Modelo Pedagógico da Universidade Aberta valoriza precisamente a centralidade do estudante, a autorregulação, a colaboração e a avaliação como dimensão integrada do processo de aprendizagem (Casanova et al., 2026). Neste quadro, a pergunta mais pertinente não é apenas se os estudantes devem usar IA, mas como podem usá-la de modo transparente, crítico e formativo.

Defendo, por isso, que a autoavaliação e a avaliação entre pares não perdem importância na era da IA. Pelo contrário, tornam-se ainda mais necessárias, porque desenvolvem a capacidade de emitir juízos fundamentados sobre a qualidade do trabalho, competência que nenhuma ferramenta automatizada substitui plenamente.

### **Autoavaliação, avaliação entre pares e autorregulação da aprendizagem**

A literatura sobre avaliação para a aprendizagem tem mostrado que a autoavaliação e a avaliação entre pares são práticas decisivas para o desenvolvimento da autorregulação. Para Panadero, Jonsson e Strijbos (2016), a autoavaliação funciona como andaime quando ajuda o



automatizado, torna-se insuficiente avaliar apenas o objeto final sem atender ao processo que o originou.

A resposta pedagógica não pode limitar-se à vigilância ou à proibição. Documentos internacionais sobre IA em educação têm insistido na necessidade de transparência, supervisão humana, literacia crítica, proteção de dados e alinhamento entre tecnologia e objetivos educativos (Comissão Europeia, 2022; UNESCO, 2023). No ensino superior, a TEQSA (2026) tem igualmente defendido que a resposta à IA deve passar pela reforma da avaliação, com tarefas mais autênticas, evidências de processo e critérios claros sobre usos permitidos.

Em eLearning, esta orientação é especialmente importante. Se a avaliação se limitar a verificar se um texto parece ou não gerado por IA, corre o risco de reduzir um problema pedagógico a uma suspeita técnica. A questão essencial é saber que evidências demonstram aprendizagem: notas de leitura, versões sucessivas, justificações das escolhas, reflexão sobre feedback, defesa oral, discussão entre pares ou comparação entre autoavaliação e revisão externa.

### **IA, autorregulação e feedback formativo**

A IA pode apoiar a autorregulação quando é usada como recurso para planear, questionar e rever. Sistemas generalistas podem ajudar o estudante a decompor tarefas, gerar perguntas de estudo, comparar estruturas argumentativas ou pedir feedback preliminar. Ferramentas mais específicas para fins educativos tendem a oferecer orientação mais estruturada e alinhada com critérios. O estudo de Wu, Ng e Chiu (2026) mostra precisamente que plataformas generalistas e plataformas específicas apoiam dimensões diferentes da autorregulação, pelo que a escolha da ferramenta deve depender do objetivo pedagógico.

No domínio da autoavaliação, a investigação de Liebenow et al. (2025) mostra que o feedback gerado por modelos de linguagem pode influenciar a precisão com que os estudantes julgam o seu desempenho. Esta possibilidade é relevante, porque muitos estudantes têm dificuldade em calibrar a qualidade do próprio trabalho. No entanto, a promessa também contém um risco. Se o feedback automatizado passar a ser aceite como autoridade, o estudante pode deixar de desenvolver critérios próprios e transformar a IA numa muleta permanente.

Por isso, o feedback de IA deve ser tratado como hipótese de leitura, não como decisão final. O seu valor formativo depende da comparação com a rubrica, da discussão com pares, da validação pelo docente e da capacidade do estudante para justificar o que altera ou mantém. A Figura 2 pode ser entendida como síntese deste ciclo: primeiro há uma autoavaliação autónoma; depois, a consulta crítica da IA; por fim, a revisão fundamentada pelo estudante.



Figura 2

### Princípios para um uso crítico da IA na autoavaliação e na avaliação entre pares

A integração da IA na avaliação deve obedecer a princípios pedagógicos claros. O primeiro é a transparência. O estudante deve explicitar que ferramentas usou, em que momentos, com que prompts, que respostas aceitou ou rejeitou e porquê. Esta documentação não serve apenas para controlo; transforma o uso da IA em objeto de reflexão académica.

O segundo princípio é a centralidade dos critérios. A autoavaliação só promove aprendizagem quando o estudante compreende os critérios e consegue aplicá-los. A IA pode ajudar a interpretar rubricas, gerar exemplos de níveis de desempenho ou sugerir perguntas de revisão, mas essas propostas devem ser discutidas criticamente. O objetivo é desenvolver literacia avaliativa, não transferir a avaliação para um sistema automático.

O terceiro princípio é a articulação entre juízo humano e feedback automatizado. Uma atividade adequada em eLearning poderia pedir ao estudante que fizesse primeiro a sua autoavaliação com base na rubrica; em seguida, solicitasse feedback à IA; depois, comparasse os dois juízos, identificando convergências, divergências e decisões de revisão. Este desenho obriga a justificar escolhas e torna visível o processo de aprendizagem.

O quarto princípio é a preservação da interação humana. Na avaliação entre pares, a IA pode apoiar a preparação do feedback, sugerir perguntas ou ajudar a organizar comentários, mas não deve substituir o confronto entre perspetivas humanas. É nesse confronto que se aprende a negociar critérios, reconhecer ambiguidades e construir juízos mais finos sobre a qualidade do trabalho. A Figura 3 sintetiza estes princípios como condições para uma utilização crítica da IA na avaliação em eLearning.

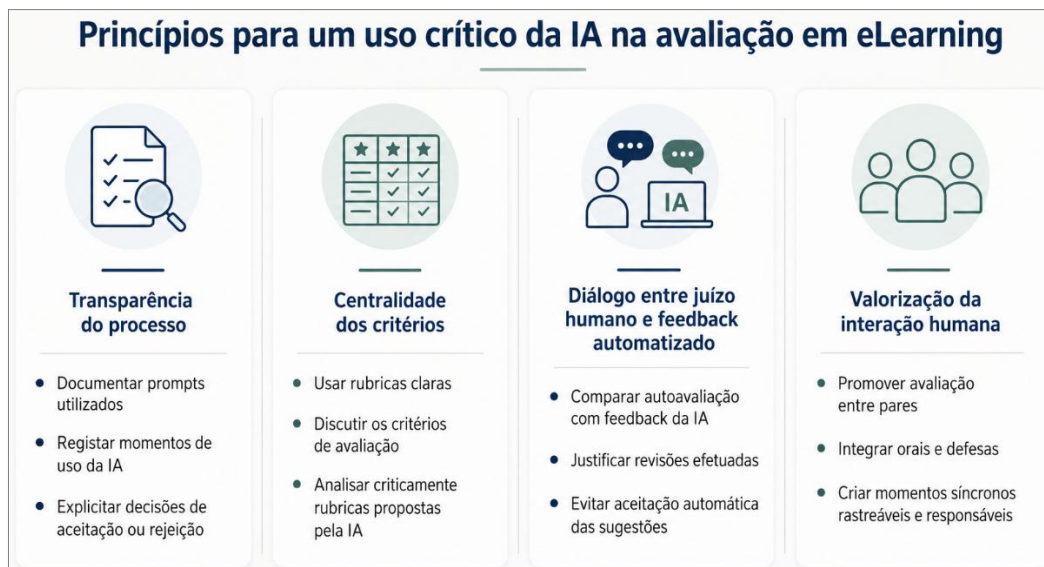


Figura 3

### Considerações finais

A IA generativa obriga o ensino superior a rever práticas avaliativas que já revelavam sinais de desgaste. Em vez de recentrar a avaliação na deteção da origem do texto, importa desenhar tarefas que tornem visível o percurso de aprendizagem, a apropriação dos critérios e a capacidade de revisão fundamentada. A autoavaliação e a avaliação entre pares são, neste contexto, práticas nucleares, porque deslocam a avaliação de um ato final de classificação para um processo de construção de juízo.

O potencial da IA não está em substituir docentes, pares ou estudantes, mas em enriquecer ciclos de feedback quando há enquadramento pedagógico. Usada de forma transparente, pode ajudar a planear, testar argumentos, receber comentários preliminares e rever o trabalho. Usada sem reflexão, pode empobrecer a aprendizagem, uniformizar a escrita e ocultar a ausência de compreensão.

Em suma, a questão decisiva não é aceitar ou rejeitar a IA, mas definir que tipo de aprendizagem se pretende avaliar. Se o objetivo for apenas recolher produtos finais, a IA será sempre percebida como ameaça. Se o objetivo for desenvolver autonomia, pensamento crítico, literacia avaliativa e responsabilidade, a IA pode tornar-se um interlocutor útil. Cabe ao desenho pedagógico garantir que continua a ser o estudante, e não a ferramenta, a produzir sentido, justificar decisões e assumir a autoria do seu percurso de aprendizagem.

## Referências Bibliográficas

- Boud, D., & Soler, R. (2016). Sustainable assessment revisited. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 41(3), 400–413.  
<https://doi.org/10.1080/02602938.2015.1018133>
- Casanova, D., Machado, Â. M., Mendes, A. Q., Ferreira, C. D., Aires, L., Martins, M., Serranho, P., & Rocio, V. (2026). *Modelo Pedagógico da Universidade Aberta*. Universidade Aberta. <https://doi.org/10.34627/s45f-nn11>
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura. (2022). *Ethical guidelines on the use of artificial intelligence (AI) and data in teaching and learning for educators*. Publications Office of the European Union.  
<https://doi.org/10.2766/153756>
- Liebenow, L. W., Schmidt, F. T. C., Meyer, J., & Fleckenstein, J. (2025). Self-assessment accuracy in the age of artificial intelligence: Differential effects of LLM-generated feedback. *Computers & Education*, 237, Article 105385. <https://doi.org/10.1016/j.compedu.2025.105385>
- Miao, F., & Holmes, W. (2023). *Guidance for generative AI in education and research*. UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386693>
- Nicol, D. J., & Macfarlane-Dick, D. (2006). Formative assessment and self-regulated learning: A model and seven principles of good feedback practice. *Studies in Higher Education*, 31(2), 199–218. <https://doi.org/10.1080/03075070600572090>
- Oliveira, I., & Pereira, A. (2021). Avaliação digital autêntica: Questões e desafios. *RE@D – Revista de Educação a Distância e eLearning*, 4(2), 22–40.  
<https://doi.org/10.34627/vol4iss2pp22-40>
- Panadero, E., Jonsson, A., & Strijbos, J. W. (2016). Scaffolding self-regulated learning through self-assessment and peer assessment: Guidelines for classroom implementation. In D. Laveault & L. Allal (Eds.), *Assessment for learning: Meeting the challenge of implementation* (pp. 311–326). Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-39211-0\\_18](https://doi.org/10.1007/978-3-319-39211-0_18)
- Rodríguez-Gómez, G., & Ibarra-Sáiz, M. S. (2015). Assessment as learning and empowerment: Towards sustainable learning in higher education. In M. Peris-Ortiz & J. M. Merigó Lindahl (Eds.), *Sustainable learning in higher education: Developing competencies for the global marketplace* (pp. 1–20). Springer.  
[https://doi.org/10.1007/978-3-319-10804-9\\_1](https://doi.org/10.1007/978-3-319-10804-9_1)
- Swiecki, Z., Khosravi, H., Chen, G., Martinez-Maldonado, R., Lodge, J. M., Milligan, S., Selwyn, N., & Gašević, D. (2022). Assessment in the age of artificial intelligence. *Computers and Education: Artificial Intelligence*, 3, Article 100075.  
<https://doi.org/10.1016/j.caeai.2022.100075>

Tertiary Education Quality and Standards Agency. (2026). *Gen AI – Academic integrity and assessment reform*. <https://www.teqsa.gov.au/guides-resources/higher-education-good-practice-hub/gen-ai-knowledge-hub/gen-ai-academic-integrity-and-assessment-reform>

Wu, X.-Y., Ng, D. T. K., & Chiu, T. K. F. (2026). Self-regulated learning with AI: A comparative analysis of general-purpose and task-specific platforms. *International Journal of Technology in Education*, 9(1), 279–302. <https://doi.org/10.46328/ijte.5241>